

Constituinte pode ser exclusiva

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O que os senadores tanto receavam poderá acontecer, a julgar pela sugestão do presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, insistindo na criação de Comissão Especial Representativa, que teria as atribuições de Poder Legislativo ordinário, durante o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

A atual Constituição prevê delegação para uma comissão especial e, pela proposta de Ulysses, o órgão seria organizado respeitando-se os critérios da representação geográfica e da proporcionalidade partidária. Teria um presidente e outros dirigentes que cuidariam, inclusive, da parte administrativa da Assembléia Constituinte.

Durante o período de funcionamento da Constituinte — que não terá mais prazo determinado para concluir seus trabalhos — se depender da influência de Ulysses e do líder Pimenta da Veiga, não haveria três mesas dietoras e nem quatro Casas legislativas em funcionamento — Câmara, Senado, Congresso Nacional (Câmara e Senado reunidos) e Assembléia Constituinte.

Funcionariam a Constituinte e, com atribuições de Poder Legislativo ordinário, a Comissão Representati-

va, de deputados e senadores. Os 23 senadores eleitos em 1982, com mandato até janeiro de 1990, receiam ficar em posição secundária, integrando apenas o Legislativo ordinário e afastado da Assembléia Constituinte.

Para não agravar a situação, Ulysses Guimarães propôs ontem que o presidente da Comissão Representativa — cuja criação ele defende há tempos — seja o vice-presidente da República, para substituir eventualmente ao presidente José Sarney.

Se sua sugestão for acolhida, o presidente da Assembléia Constituinte teria funções exclusivas e dedicação integral, evitando passar o cargo ao vice-presidente, quando tiver de assumir a chefia da Nação. Resta saber se Ulysses vai pleitear a presidência da Constituinte ou a presidência da Comissão Representativa.

Muitos deputados e a maioria dos senadores, porém, vão lutar pela manutenção das atuais atribuições constitucionais das respectivas Casas. Alegam, principalmente, que, até que seja promulgada a nova Carta Constitucional, estará em plena vigência a atual Constituição, com atribuições bem definidas da Câmara e do Senado.



Arquivo

Senadores temem as manobras de Ulysses